

CELSO NEVES

Por: **Leonardo Ferres da Silva Ribeiro**

Biografia encartada na obra *Processualistas Históricos do Brasil* – vol. 1
do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de 1913, Celso Neves nascia em São Paulo, na Rua Fagundes, nº 31. Filho mais velho de uma família de classe média, contava com mais quatro irmãos (Paulo, Armando, Alberto e Helena). Seu pai, José dos Santos Neves, era “guarda-livros” (contador) e a mãe, Dulce Breves Neves, professora.

Celso Neves teve uma infância tranqüila e saudável, o que lhe proporcionou aproveitar uma cidade de São Paulo pacata e ao mesmo tempo fervilhante, cidade esta, infelizmente, já sepultada pelas características da megalópole de hoje. Criou-se e cresceu entre os bairros da Liberdade e da Lapa, tendo morado, entre outros endereços, na Rua Fagundes, na Rua Guaianazes e na Rua General Jardim.

Freqüentou várias escolas: ingressou, no jardim de infância, no colégio Progresso Brasileiro, depois freqüentou o grupo escolar São Joaquim, o grupo escolar do Arouche, o externato da Dona Brasília Siqueira, a escola Americana (atual Mackenzie) e, por fim, cursou e concluiu o ginásio no colégio Oswaldo Cruz.

Desde muito cedo, enquanto cursava o Ginásio, começou a trabalhar. Seu primeiro emprego foi como auxiliar de escritório. Mais tarde, já decidido a cursar Direito, trabalhou como escrevente no 15º ofício cível do Foro de S. Paulo.

Praticava remo nas águas ainda limpas do Rio Tietê e jogava regularmente “bola ao cesto”, esporte que, rebatizado para basquete, viria a praticar também na fase adulta, na Associação Cristã de Moços (ACM), com o apelido de “não empurre”.

Perdeu o pai cedo, ainda jovem, vítima de um câncer prolongado, o que consumiu boa parte das economias familiares. Tanto a falta emocional quanto a financeira foram supridas pelo esforço da mãe, Dulce, que além de cuidar da casa, passou a lecionar e conseguiu sustentar a família com a docência.

Em meio à Revolução Constitucionalista de 1932, na Casa dos Soldados da Associação Cristã de Moços, conheceu o amor de sua vida, Dona Dulce Braga Neves, com quem começou a namorar e, posteriormente, veio a se casar.

Celso Neves, embora morando em São Paulo, prestou vestibular no Rio de Janeiro e ingressou na Faculdade de Direito de Niterói. Em 1937, quando cursava o 3º ano, obteve sua transferência para a Faculdade de Direito da USP – Largo São Francisco, onde cursou o 4º e 5º

anos, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1939, ao lado de Jânio Quadros, Silvio Rodrigues, Theotonio Negrão, entre outros.

É do ano de 1937 um episódio que merece ser relatado e que bem retrata a personalidade e o caráter do Prof. Celso Neves. Com efeito, à época, estagiário de uma banca de advocacia localizada na R. Venceslau Brás em São Paulo, foi mandado à Mogi Mirim para cobrança dos honorários advocatícios de um cliente impontual. Lá chegando, numa casa modesta, foi recepcionado por uma mulher, senhora humilde, que se encontrava de enxada à mão capinando a terra. Tal senhora ofereceu-lhe, a título de pagamento dos honorários devidos, seus brincos, presente de casamento e única peça de valor que possuía. Celso Neves recusou a oferta e por tal razão foi demitido do escritório em que trabalhava, às vésperas do seu casamento.

Assim é que, recém-desempregado e cursando o 3º ano da faculdade, casou-se com Dona Dulce, no dia 13 de setembro de 1937. Em meio à viagem de núpcias, ainda teve que interromper a comemoração para fazer um último exame, ainda remanescente, na Faculdade de Direito de Niterói.

Após a formatura, em 1939, iniciou uma carreira de sucesso como advogado. Inicialmente, estabeleceu seu endereço profissional no centro de São Paulo. Seu primeiro escritório foi na R. Boa Vista e, ainda no centro de São Paulo, teve escritório na R. José Bonifácio, no Largo da Misericórdia e, por fim, na Rua Marconi, nº 138, onde permaneceu por bastante tempo.

Ao mesmo tempo em que a advocacia se consolidava, a família crescia. Em 06 de abril de 1941, nasceu sua primeira filha, Lúcia Braga Neves, que seguiu a carreira do pai, tornando-se advogada. Três anos mais tarde, em 03 de maio de 1944, nasceria a segunda filha do casal, Maria Eduarda Braga Neves, a qual exerceria, no futuro, a profissão de psicóloga.

Em 1949, foi eleito membro efetivo do Instituto dos Advogados de São Paulo e fez parte, por diversos biênios, do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo. Nessa época, os Conselheiros da OAB/SP, apelidados de “mãos limpas”, utilizavam tão-somente gravatas brancas.

Em 1957 foi nomeado membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, na classe jurista, onde permaneceu até o ano de 1961. No mesmo ano de 1957 e nos dois anos seguintes, foi indicado pelo quinto constitucional para a vaga de Juiz do Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo. Posteriormente, entre os anos de 1963 e 1964, veio a ser indicado para o Supremo Tribunal Federal, mas declinou dos convites e permaneceu na advocacia.

Em 1958, o Dr. Walter Bellian, Presidente da Cia. Antarctica, impressionado com uma recém vitória judicial de Celso Neves (que num caso de guarda de menores, havia conseguido, no Supremo Tribunal Federal, obter êxito num mandado de segurança impetrado contra outro mandado de segurança), encomendou-lhe um parecer sobre fundação. Logo depois, convidou-o para trabalhar na Companhia. Nela, permaneceu por mais de quarenta anos, até a proximidade da fusão com a

Brahma, o que deu origem à atual AmBev. Nesse período ocupou os cargos de diretor jurídico, vice-presidente, presidente e membro do Conselho de Administração.

Ainda em 1958, atendendo a uma solicitação do Prof. Alfredo Buzaid, concorreu à cátedra de Direito Judiciário Civil na Faculdade de Direito da USP, obtendo a livre docência da matéria com a tese “Da Arrematação de Real a Real”, escrita em apenas 17 dias, a qual deu origem ao seu primeiro livro, com mesmo título, publicado pela Editora Revista dos Tribunais no mesmo ano, cuja última edição, revisada por sua filha, Lúcia, foi publicada pela Ed. Forense em 2004.

Em 1964, após quatro anos de obras, mudou-se com a família para a casa (por ele próprio desenhada e idealizada), na qual viveria até o final de sua vida, no bairro do Pacaembu. É nela que ainda vive Dona Dulce, em meio aos milhares de livros que compõem sua biblioteca jurídica.

Em 1971, escreveu a tese que deu origem ao seu livro “Coisa Julgada Civil”, publicada pela Editora Forense no mesmo ano, cuja contribuição é inestimável para os autores e respectivas obras que, nas décadas seguintes, dedicaram-se ao tema. Com ele logrou obter sua indicação para a cadeira de Professor Titular no Departamento de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Em 1975 publicou seus Comentários ao Código de Processo Civil, que dissecava os arts. 646 a 795, todos relativos à execução que, segundo sua lição, ainda atualíssima, traduz-se numa atividade jurissatisfativa.

Exerceu a docência, lecionando na graduação e na pós-graduação do Largo São Francisco, até a sua aposentadoria compulsória, em 1983. Das Arcadas, contudo, não se afastou: por amor ao Direito, continuou lecionando, mesmo após a aposentadoria, exclusivamente para a pós-graduação, sem nenhuma remuneração, o que fez até a saúde lhe faltar, em junho de 1993, quando uma isquemia o obrigou a se afastar das aulas, dando lugar ao seu assistente, Prof. Kazuo Watanabe. Nessa época, entre 1980 e 1981, na pós-graduação, escreveu textos para debate e desenvolvimento dos temas relativos à “ação”, “jurisdição” e “procedimento”, os quais foram encadernados separadamente e os três volumes encontram-se à disposição para consulta na biblioteca da Faculdade de Direito da USP.

Em 1985, obteve o título de Professor Emérito da Faculdade de Direito da USP, pelo seu notável saber jurídico.

De 1987 até 1998, presidiu o Conselho de Administração da Fundação Bienal de São Paulo, tornando-se conselheiro vitalício em 1996. Nas últimas cinco décadas, foi membro de Conselhos em outras instituições de fomento à cultura, educação e justiça, tais como: Conselho de Orientação Jurídica e Legislativa da Fiesp - Conjur, do qual foi presidente; International Law Association (EUA); Associação dos Advogados de São Paulo; Academia Paulista de Direito; Instituto de Direito Comparado Brasil - Japão, do qual foi presidente; Jornal O Estado de S. Paulo; Museu de Arte de

São Paulo Assis Chateaubriand - Masp; Museu de Arte Sacra de São Paulo - MAS; Fundação Antonio e Helena Zerrenner, da qual foi presidente, e Fundação Armando Álvares Penteado - Faap.

Em 1995, publicou o livro “Estrutura Fundamental do Processo Civil”, no qual expõe sua conhecida doutrina sobre a função juris-integrativa e jurissatisfativa, em confronto com a jurisdicional. Quase uma década depois, em 2004, ainda teve vitalidade para escrever mais um livro, intitulado “Problemas Jurídicos – Reflexões”, no qual trazia textos e pareceres extraídos de sua atividade profissional, na tentativa de, a partir deles, estimular outras reflexões a respeito de diversos temas de direito processual civil.

Celso Neves teve a oportunidade de viajar muito, quase sempre acompanhado por Dona Dulce, mesmo a trabalho; conheceram, juntos, muitos países, desde os EUA e a Europa até a África e a Ásia. No Japão, por exemplo, esteve por várias vezes, inclusive a convite da Universidade de Keio, na condição de conferencista de temas relacionados ao processo civil brasileiro. Paradoxalmente, do Brasil conheceu pouco; tinha preferência pelas viagens longas, longe de sua terra natal, talvez para recobrar, distante dos “ringues” habituais, o necessário fôlego para as batalhas judiciais.

No dia 18 de abril de 2006, aos 92 anos, o Prof. Celso Neves faleceu: o marido, pai e avô amoroso, homem calmo, de fala mansa e rara lhanza que adorava sorvetes, deixou à família sua lição de vida e muitas saudades; o advogado brilhante, professor dotado e processualista de escol, legou à comunidade jurídica sua sábia doutrina e, igualmente, muitas saudades.

QUADRO DOS PRINCIPAIS FATOS:

| | |
|-------------------------|--|
| Em 24/09/1913 | Nasceu em São Paulo |
| Em 13/09/1937 | Casou-se com Dona Dulce Braga Neves |
| Em 1939 | Formou-se Bacharel na Faculdade de Direito da USP |
| Em 06/04/1941 | Nasceu sua primeira filha, Lúcia Braga Neves |
| Em 03/05/1944 | Nasceu sua segunda filha, Maria Eduarda Braga Neves |
| Em 1949 | Eleito membro efetivo do Instituto dos Advogados de S.Paulo |
| Entre 1957 e 1961 | Foi membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral |
| Em 1957, 1958 e 1967 | Foi indicado a uma vaga de Juiz do Tribunal de Alçada Civil de S.Paulo |
| Em 1958 | Conquistou a Livre Docência, pela Faculdade de Direito da USP, com a tese “Arrematação de Real a Real”, que veio a ser publicada pela Ed. Forense no mesmo ano |
| No mesmo ano de 1958 | Começou a trabalhar na Antarctica, empresa na qual permaneceu por mais de 40 anos, tendo exercido diversos cargos, v.g., Diretor Jurídico, Vice-Presidente, Presidente, membro do Conselho de Administração. |
| Nos anos de 1963 e 1964 | Foi indicado a uma vaga do Supremo Tribunal Federal, mas declinou |
| Em 1972 | Conquistou a cadeira de Professor Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da USP, com a tese que deu origem ao seu livro “Coisa Julgada Civil” |
| Em 1985 | Foi agraciado com o título de Professor Emérito da Faculdade de Direito da USP, por seu notável saber jurídico. |
| De 1987 até 1998 | Presidiu o Conselho de Administração da Fundação Bienal de São Paulo, tornando-se conselheiro vitalício em 1996 |
| Em 18/04/2006 | Faleceu em S. Paulo |

QUADRO DA BIBLIOGRAFIA:

| ANO (1º EDIÇÃO) | TÍTULO E SUBTÍTULOS | CIDADE | EDITORA |
|--------------------|---|----------------|---|
| 1958 | Da arrematação de real a real | S.Paulo | Revista dos Tribunais |
| 1971 | Coisa Julgada Civil | S.Paulo | Revista dos Tribunais |
| 1975 | Comentários ao Código de Processo Civil – vol. 7 – arts. 646 a 795 | Rio de Janeiro | Forense |
| 1980/81 | Textos elaborados para debate e desenvolvimento da matéria: 1. “Da ação” 2. “Da jurisdição” 3. “Do procedimento” | S.Paulo | Encadernação própria. Disponível para consulta na biblioteca da Faculdade de Direito da USP |
| 1995 | Estrutura Fundamental do Processo Civil | Rio de Janeiro | Forense |
| 2004 | Problemas Jurídicos - Reflexões | Rio de Janeiro | Forense |